

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Hoje é o último dia para declarar Imposto de Renda.....3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Peso de benefícios fiscais no Orçamento supera estimativa.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas vão à Justiça contra mudanças no IOF.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego cai a 6,6% em abril, indica IBGE.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central tem superávit de R\$ 17,8 bi em abril.....8

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Descontos do INSS: atendimento presencial começa hoje (30).....9

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida pública bruta do Brasil retoma alta e atinge 76,2% do PIB em abril, mostra BC
.....10

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Mais um 'gás' para o PIB: entenda como medidas do governo podem atrasar a desaceleração
da economia.....11

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo passou por reajuste de 7,5% em 2025; veja valor.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - TELECOMUNICAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disseminação da IA estimula novos data centers no Brasil.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ultimato ao governo para recuar de pacote do IOF.....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alta de IOF torna mais urgente reforma ampla nas contas públicas.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Motta propõe medidas fiscais como opção ao IOF e quer Lula na negociação.....21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente da Câmara fala em 'gambiarra' e pede participação de Lula.....22

Sexta-Feira, 30 de Maio de 2025

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Corte de apelações suspende bloqueio do tarifaço.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Emprego segue aquecido, e corte de juros parece distante.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Incerteza e polarização marcam votações decisivas em países da AL.....27

Hoje é o último dia para declarar Imposto de Renda

PAULO RENATO NEPOMUCENO

O prazo para a entrega do Imposto de Renda 2025 termina hoje, às 23h59. A **Receita Federal** espera receber 46,2 milhões de declarações, mas até as 20h30 de ontem cerca de 7,5 milhões de contribuintes ainda não haviam entregue o documento.

Especialistas recomendam entregar a declaração, mesmo que precise fazer alterações depois, para não perder o prazo e ter de pagar multa. A alteração da declaração pode ser feita a qualquer momento após a entrega, caso você tenha se lembrado posteriormente de não ter inserido uma informação. A outra possibilidade é você realizar a retificação se for informado pela **Receita Federal** de que há inconsistências:

-A dica que eu dou é sempre enviar e depois você pode retificar -afirmou Antonio Gil, sócio de **impostos** da EY.

Embora não haja prazo para correção de dados, nem tudo pode ser alterado. A declaração retificadora, se realizada após o prazo de entrega do documento, impede a alteração do modelo escolhido (se simplificado ou pelo modelo completo). A multa pode chegar a 20% do imposto devido, segundo a Receita.

Usar a declaração pré-preenchida que a Receita disponibiliza é uma forma de fazer o ajuste com a Receita mais rapidamente nas últimas horas para envio do documento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Peso de benefícios fiscais no Orçamento supera estimativa

VINÍCIUS NEDER

Os benefícios fiscais podem ter um peso ainda maior no Orçamento do que o estimado. No projeto do Orçamento de 2025, o governo estimou que deixará de arrecadar um total de R\$ 544,5 bilhões com esses benefícios neste ano, mas dados revelados este mês pelo Ministério da Fazenda sugerem que o buraco pode ser bem maior, conforme noticiou ontem o Valor.

Os benefícios são o dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa de regimes tributários especiais, incentivos setoriais ou programas emergenciais, entre outras diversas formas de reduções na cobrança de **impostos**. Até por isso, parte deles é chamada de "gastos tributários" - os itens que são classificados assim podem variar, conforme a metodologia e as definições empregadas, dizem especialistas.

Considerando o valor do **PIB** de 2024, o total de benefícios fiscais previsto no projeto do Orçamento deste ano equivale a 4,6% da economia nacional. E montante semelhante à toda a economia de Santa Catarina, conforme os dados regionais do **PIB** de 2022, os mais recentes disponíveis no IBGE.

ESPECIALISTAS CRITICAM

Apesar do tamanho já elevado do montante, dados da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), criada em 2024 pela **Receita Federal**, apontam uma renúncia ainda maior em algumas rubricas do Orçamento.

Um exemplo é a Zona Franca de Manaus (ZFM), polo industrial na capital do Amazonas que oferece às fábricas que lá se instalam uma série de benefícios. Do total previsto com benefícios no projeto do Orçamento de 2025, R\$ 29,9 bilhões são referentes à ZFM. Mas os dados da Dirbi apontam um total de R\$ 54,8 bilhões em benefícios no ano passado para as firmas instaladas na Zona Franca.

No Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que alivia os **impostos** cobrados em projetos de infraestrutura, o valor previsto no Orçamento de 2025 está em R\$ 1,1 bilhão. Conforme os dados da Dirbi, porém, em 2024, as companhias que estão dentro do Reidi deixaram de pagar R\$ 5,8 bilhões em **tributos**.

Com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia de Covid-19 para aliviar a carga sobre as empresas de lazer e turismo -um dos setores mais atingidos pelas restrições ao contato social -, está prevista uma renúncia de R\$ 5,7 bilhões neste ano. No ano passado, as empresas declararam ter deixado de recolher R\$ 18 bilhões com a renúncia fiscal.

Os benefícios fiscais são frequentemente criticados por especialistas. Afirmam que os valores são elevados e drenam o Orçamento. Além disso, são ineficientes -em vez de reduzir a carga tributária para todos, distribuem alívios sem muito critério, incentivando determinadas atividades econômicas em detrimento de outras.

Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamou os benefícios fiscais de "caixa-preta" e sugeriu que o montante anual que o governo deixa de arrecadar chega a R\$ 800 bilhões, corroborando as diferenças mostradas pelos dados da Dirbi.

No entanto, mesmo os economistas críticos dos benefícios veem com ceticismo a possibilidade de equilibrar as contas públicas por meio de reduções nas renúncias. Na prática, tirar ou diminuir benefícios significa aumentar a carga tributária das empresas atingidas. Setores mais organizados tendem a fazer lobby contra as mudanças.

- Se cortamos 10%, vamos supor que sejam R\$ 544 bilhões (projetados no Orçamento de 2025), daria um bom ajuste, resolveria o problema. A questão é que não dá para cortar linear, porque o próprio Congresso não vai querer cortar o Simples. Zona Franca, por exemplo, vai mexer? - questionou Felipe Salto, economista-chefe da gestora e corretora Warren Rena, que foi secretário estadual de Fazenda de São Paulo. - Desse mato aí pode sair algum coelho, mas eu truco para ver se realmente eles vão fazer algo relevante.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Empresas vão à Justiça contra mudanças no IOF

Marcela Villar e Beatriz Olivon

Empresas já discutem na Justiça o aumento do IOF e a tributação para operações de risco sacado, criada por meio do Decreto nº 12.466, publicado na semana passada. A primeira decisão sobre o tema, porém, é desfavorável. O juiz Eduardo Dido-net Teixeira, da 9ª Vara Federal de Florianópolis, negou pedido de liminar feito pela fabricante de embalagens Copobras para afastar a cobrança na antecipação de recebíveis - operação conhecida como risco sacado, adotada por varejistas para gerir fluxo de caixa.

A fabricante deve recorrer e, segundo o advogado que a representa, Demis Warmeling Pacheco, a solução pode ser não fazer esse tipo de operação por algum tempo - pelo menos, até conseguir decisão favorável. O custo com o pagamento do imposto a longo prazo, de acordo com a petição, é de R\$ 480 milhões.

Uma ação popular contra o decreto também foi protocolada ontem, na Justiça Federal, mas ainda não há decisão. Se for julgada favorável, terá efeito em todo o Brasil. O processo não trata apenas sobre o risco sacado, indica a ilegalidade do decreto como um todo. Argumenta, inclusive, que dificulta o ingresso do Brasil na OCDE, pois havia o comprometimento de reduzir gradualmente o IOF nos próximos anos.

O governo aumentou o IOF em diversas transações com o intuito de elevar a arrecadação e passou a classificar as operações de risco sacado, antes não tributadas, como operações de crédito, fazendo incidir alíquota de 3,5%.

A Copobras solicitou apenas o afastamento da cobrança de IOF sobre risco sacado, por violar a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional (CTN). Se esse argumento não fosse acatado, pediu que, pelo menos, fosse aplicada a anterioridade - princípio que impede a cobrança imediata de **tributos**.

O juiz Eduardo Didonet Teixeira considerou que, apesar das "relevantes" razões apresentadas pela empresa para justificar a alegação de urgência, a situação não configura o perigo de dano necessário para conceder o mandado de segurança. Para ele, por se tratar apenas de direitos patrimoniais, não há risco de perda do direito caso a questão venha a ser decidida na sentença (processo nº

5020466-35.2025.4.04.7200). "Não há que se falar em dano irreparável ou de difícil reparação. Logo, não há motivo que justifique o deferimento da liminar em detrimento do regular processamento do feito", afirma.

Na petição, a Copobras diz que as operações de antecipação de recebíveis são consideradas como cessão de crédito sem coobrigação, em que o fornecedor cede os recebíveis a uma instituição financeira e a empresa sacada apenas confirma a existência da obrigação. "Tais operações não se configuram como operação de crédito, pois não envolvem financiamento, entrega de numerário ou assunção de dívida onerosa pela empresa sacada, motivo pelo qual são tradicionalmente consideradas não sujeitas à incidência ao IOF", afirma.

Para o advogado da Copobras,

Demis Warmeling Pacheco, o decreto é ilegal e estavam presentes os requisitos para a liminar ser concedida. "A medida para o risco sacado passa a valer na segunda-feira, então havia a razoabilidade do direito e o requisito da urgência", diz.

A advogada Paula Beatriz Loureiro Pires, sócia do Eichenberg, Lobato e Abreu Advogados, afirma que é possível o governo aumentar ou reduzir o IOF. Mas se houver intuito arrecadatário, como é o caso, sua aplicação não pode ser imediata. "O aumento pode valer no dia seguinte se houver intuito regulatório, mas o ministro Fernando Haddad disse que o objetivo era aumentar a arrecadação e, por isso, deve ser aplicada a anterioridade e só ser cobrado a partir de janeiro de 2026", diz.

O tributarista Rodrigo Bevilaqua, do Cescon Barriou, afirma que a tendência é judicializar a questão para tentar obter uma decisão favorável até segunda-feira, quando a medida começa a valer. Ele diz que há discussões judiciais semelhantes com decisões favoráveis aos contribuintes e, sobre risco sacado, solução de consulta da **Receita Federal** (Cosit nº 25/2014) que afasta a incidência se não há cláusula de coobrigação.

Mas lembra de precedentes contrários no Supremo Tribunal Federal (STF), na época em que o IOF foi majorado para fazer frente à CPMF (RE 788064) e

sobre a incidência do imposto nas alienações de factoring (ADI 1763). "Temos explicado para os clientes que a discussão está em aberto, tem fundamento jurídico, mas não se pode desconhecer os precedentes."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188216?page=10§ion=6>

Desemprego cai a 6,6% em abril, indica IBGE

A taxa de desemprego no País caiu de 7%, no trimestre móvel encerrado em março, para 6,6% no trimestre terminado em abril, o menor patamar para esse período do ano em toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O País registrou novo recorde no número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado no trimestre terminado em abril, com 39,648 milhões de pessoas. O resultado representa 319 mil vagas formais a mais em apenas um trimestre, aumento de 0,8%. Em um ano, o setor privado absorveu 460 milhão de trabalhadores com carteira, alta de 3,8%.

Os dados confirmam que a elevação do desemprego registrada nos períodos anteriores foi decorrente de um movimento sazonal, típico de início do ano, disse William Kra-tochwill, analista da pesquisa no IBGE. "No primeiro trimestre, a série histórica mostra que a taxa de desocupação tende a ser maior, pois há maior nível de rompimento de contratos, especialmente os temporários."

Em apenas um trimestre, houve contratação de 288 mil trabalhadores, levando o total da população ocupada a 103,257 milhões de pessoas no período. O número de desempregados subiu marginalmente: 69 mil pessoas a mais em busca de uma oportunidade, totalizando 7,273 milhões.

Administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais formam os setores que mais contrataram. "Os dados do mercado de trabalho continuam mostrando resiliência, com aumento da população ocupada e desemprego baixo", disse o banco Bradesco, em nota divulgada à imprensa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo central tem superávit de R\$ 17,8 bi em abril

Jéssica Sant"Ana e Estevão Taiar De Brasília

O governo central registrou superávit primário de R\$ 17,8 bilhões em abril, no melhor resultado para o mês em termos reais desde abril de 2022, segundo dados divulgados na quinta-feira (29) pelo Tesouro Nacional. Os números levam em conta Tesouro, Previdência e Banco Central e excluem despesas com a dívida pública. O resultado é reflexo de uma combinação de crescimento real (acima da inflação) da receita líquida em 5,1% contra acréscimo de apenas 2,5% das despesas totais.

No acumulado do ano, o governo central teve superávit de R\$ 72,4 bilhões, também o maior valor desde 2022, quando o resultado foi de um superávit de R\$ 92,6 bilhões na série histórica ajustada pela inflação.

O resultado de janeiro a abril é fruto de uma alta real de 3,3% das receitas, contra queda de 1,9% das despesas. Essa queda da despesa é explicada, principalmente, pela redução na rubrica de sentenças judiciais e precatórios, que apresentou um decréscimo de R\$31 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano na comparação com o mesmo período de 2024, em razão de diferença nos cronogramas de pagamentos dos precatórios. Neste ano, os precatórios serão quitados somente em julho, enquanto houve uma antecipação pro primeiro semestre em 2024.

Os dados do Tesouro Nacional também mostram que, no acumulado de 12 meses, o governo central teve déficit de R\$ 5,3 bilhões, o equivalente a 0,02% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, o resultado acumulado deverá ser superavitário

já em maio, dado que será divulgado no fim do próximo mês. Isso, na sua visão, demonstra o "processo de recuperação fiscal" em curso. "Muito provavelmente, no próximo mês, nós vamos ver um resultado acumulado em 12 meses até superavitário, que é bem interessante, corroborando esse processo de recuperação e controle fiscal", afirmou Ceron.

Ele também disse que a queda da despesa de janeiro a abril mostra o "sucesso da estratégia" adotada no controle da liberação dos limites financeiros no

primeiro quadrimestre deste ano, já que o Orçamento foi executado pelo limite de 1/18, em virtude do atraso na votação da peça orçamentária.

Apesar dessa queda no início do ano, Ceron reconheceu que ainda há despesas que têm crescido acima do limite do arcabouço, caso da complementação da União para o Fundeb e dos gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que geram pressão nas demais despesas.

A meta de resultado primário para este ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do PIB, para cima ou para baixo. O intervalo é equivalente a R\$ 31 bilhões aproximadamente.

Em abril de 2024, as contas ficaram positivas em R\$ 11,585 bilhões. Em 2024 como um todo, por sua vez, houve déficit de R\$11 bilhões (0,09% do PIB).

O resultado de abril foi formado por superávit de R\$ 50,664 bilhões do Tesouro e déficits de R\$ 32,619 bilhões da **Previdência Social** e de R\$ 263 milhões do BC. No acumulado do ano, por sua vez, o resultado positivo do governo central foi fruto de superávit de R\$ 170,77 bilhões do Tesouro e déficits de R\$ 98,14 bilhões da Previdência e R\$ 274 milhões do BC.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188216?page=20§ion=1>

Descontos do INSS: atendimento presencial começa hoje (30)

Pedro Lacerda - Repórter da Rádio Nacional

A partir desta sexta-feira (30), aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) poderão ir a uma agência dos Correios para tirar dúvidas e fazer consultas sobre descontos indevidos nos benefícios. A ação é uma parceria entre as duas instituições.

A expectativa do governo federal é que 2 milhões de pessoas procurem as agências dos Correios. Vinte mil funcionários da instituição passaram por treinamento para atender pensionistas que não têm familiaridade com os canais oficiais de consulta: a plataforma **Meu INSS** e o telefone 135.

O ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, reforça que o atendimento aos aposentados será realizado gratuitamente nas mais de 4.700 agências dos Correios de todo o país.

"Os Correios treinaram os seus funcionários e eu fiz uma recomendação ao presidente Fabiano [Silva dos Santos] para que haja um atendimento acolhedor, um atendimento com paciência. São pessoas que não têm habitualidade com esse tipo de procedimento, então tem que ter paciência com a dona Maria, com o seu José, que vai lá pedir as informações."

"Os Correios treinaram os seus funcionários e eu fiz uma recomendação ao presidente Fabiano [Silva dos Santos] para que haja um atendimento acolhedor, um atendimento com paciência. São pessoas que não têm habitualidade com esse tipo de procedimento, então tem que ter paciência com a dona Maria, com o seu José, que vai lá pedir as informações."

Após a consulta presencial e cumprido o prazo de 15 dias úteis para análise e apresentação da documentação por parte da associação, a cidadã ou o cidadão poderá retornar à agência para validar ou contestar a resposta da entidade. Para quem vive em regiões remotas, o governo e os Correios planejam ações itinerantes para, no futuro, levar esse serviço à população.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-05/descontos-do-inss-atendimento-presencial-comeca-sexta-30>

Dívida pública bruta do Brasil retoma alta e atinge 76,2% do PIB em abril, mostra BC

Nathalia Garcia

A dívida bruta do Brasil voltou a subir em abril e atingiu 76,2% do **PIB** (Produto Interno Bruto) -saldo de R\$ 9,2 trilhões. Em relação ao mês anterior, houve uma alta de 0,3 ponto percentual, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta sexta-feira (30).

A variação mensal foi influenciada principalmente pela pressão de 0,7 ponto de alta gerada pelos gastos com juros da dívida. Na outra ponta, o efeito contábil do crescimento do **PIB** retirou 0,4 ponto percentual e o efeito da valorização cambial, 0,1 ponto percentual.

A dívida bruta -que compreende governo federal, **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais-, é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas do país.

A comparação é feita em relação ao **PIB** para mostrar se a dívida do governo é sustentável. A trajetória da dívida bruta é hoje um dos focos de preocupação do mercado financeiro.

Cerca de 50% dos títulos emitidos pelo governo são remunerados pela taxa básica de juros, que segue em alta. Na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), a Selic atingiu 14,75% ao ano -maior nível registrado em quase duas décadas.

A elevação dos juros gera automaticamente uma pressão adicional sobre o endividamento da União. Cada um ponto percentual de aumento da Selic eleva a dívida bruta em R\$ 50 bilhões (0,41 ponto percentual do **PIB**), segundo o Banco Central.

Pela metodologia do FMI (Fundo Monetário Internacional), que passou a ser incorporada pelo BC na divulgação de suas estatísticas, a dívida bruta do Brasil atingiu 88,5% do **PIB** em abril, ante 88,3% no mês anterior.

Neste conceito, toda a dívida mobiliária do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central é considerada no cálculo. A autoridade monetária, por sua vez, desconsidera isso em sua metodologia e inclui as operações compromissadas.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, subiu 0,1 ponto percentual no mês e chegou a 61,7% do **PIB** em abril -saldo de R\$ 7,4 trilhões.

Ainda segundo dados do BC, o setor público consolidado brasileiro registrou superávit primário de R\$ 14,1 bilhões em abril, ante resultado superavitário de R\$ 6,7 bilhões no mesmo mês do ano passado.

O montante engloba os resultados de governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**), governos estaduais e municipais e de empresas estatais.

O saldo positivo das contas públicas em abril foi puxado pelo superávit de R\$ 16,2 bilhões do governo central. As empresas estatais, por sua vez, tiveram déficit de R\$ 1,4 bilhão no mês, enquanto os estados e municípios foram deficitários em R\$ 659 milhões.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/05/divida-publica-bruta-do-brasil-retoma-alta-e-atinge-762-do-pib-em-abril-mostra-bc.shtml>

Mais um 'gás' para o PIB: entenda como medidas do governo podem atrasar a desaceleração da economia

Por Isabela Bolzani, g1

O governo anunciou uma série de medidas nos primeiros meses do ano, como a ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida, a criação do Consignado do Trabalhador e a liberação dos recursos retidos do **FGTS** para quem optou pelo **saque-aniversário**.

Segundo especialistas ouvidos pelo g1, elas podem acabar impulsionando os resultados do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos primeiros trimestres do ano, adiando os efeitos dos juros elevados e "mascarando" a desaceleração econômica que deve vir à frente.

A estratégia é oposta aos esforços do Banco Central (BC) para conter uma **inflação** pressionada pelo câmbio desvalorizado e pela alta nos preços dos alimentos.

O BC tem a missão de não deixar a **inflação** explodir e aumenta os juros justamente para reduzir o consumo, diminuindo a procura por bens e serviços.

Mas os efeitos têm sido limitados. Os dados do **PIB**, divulgados nesta sexta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o consumo das famílias subiu no primeiro trimestre deste ano.

Ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida, criação do Consignado do Trabalhador, liberação dos recursos retidos do **FGTS** para quem optou pelo **saque-aniversário** e antecipação de pagamentos do **INSS** para aposentados e pensionistas. Essas são apenas algumas das medidas anunciadas pelo governo nos cinco primeiros meses do ano.

Segundo especialistas ouvidos pelo g1, elas podem acabar impulsionando os resultados do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos primeiros trimestres do ano, adiando os efeitos dos juros elevados e "mascarando" a desaceleração econômica que deve vir à frente.

A estratégia é oposta aos esforços do Banco Central (BC) para conter uma **inflação** pressionada pelo câmbio desvalorizado e pela alta nos preços dos

alimentos. De setembro a maio, foram seis aumentos consecutivos da taxa básica de juros, que levaram a Selic aos 14,75% ao ano, maior patamar em 20 anos.

O BC tem a missão de não deixar a **inflação** explodir e aumenta os juros justamente para reduzir o consumo, diminuindo a procura por bens e serviços. O crédito se torna mais caro e restrito, e as compras a prazo, menos acessíveis.

Mas os efeitos têm sido limitados. Os dados do **PIB**, divulgados nesta sexta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o consumo das famílias subiu 1% no primeiro trimestre deste ano e 2,6% em relação mesmo trimestre do ano passado.

Trata-se de uma aceleração em relação ao quarto trimestre de 2024, quando o consumo das famílias havia recuado de 1%, já com algum efeito do aumento dos juros. Mas o impulso vindo dos estímulos do governo voltou a dar um gás nos números.

"Vimos várias medidas anunciadas nos últimos meses que têm potencial de trazer um bom impulso para a economia neste ano", diz a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese.

Entre as principais medidas que injetaram recursos na economia, estão:

A ampliação do Minha Casa, Minha Vida, que aumentou o número de brasileiros com acesso aos juros mais baixos oferecidos pelo programa; A liberação dos valores retidos do **FGTS** para quem optou pelo **saque-aniversário**, com previsão de distribuir cerca de R\$ 12 bilhões a 12 milhões de trabalhadores; A antecipação do 13º do **INSS** para aposentados e pensionistas, que beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas; e A criação do Consignado do Trabalhador, uma das propostas com maior potencial para aquecer o **PIB** até o próximo ano.

Um estudo feito por economistas do Itaú Unibanco, por exemplo, mostra que o novo Consignado CLT (como também ficou conhecido o Consignado do Trabalhador) pode adicionar até 0,6 ponto percentual

ao **PIB** entre 2025 e 2026.

A nova modalidade de crédito permite que todos os trabalhadores com carteira assinada contratem empréstimos, utilizando até 10% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) como garantia, além de 100% da multa rescisória em caso de demissão sem justa causa (equivalente a 40% do saldo).

Entenda os efeitos do 'choque de juros' no crédito e na vida do consumidor

Segundo Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, essa mudança não apenas ampliou significativamente o número de pessoas com acesso ao crédito consignado privado, como também aumentou a concorrência no mercado.

"É razoável que isso gere uma queda de taxa de juros e um aumento do prazo médio desses empréstimos", diz a economista, destacando que, com isso, a parcela mensal paga pelo trabalhador também tende a ficar menor no médio e longo prazo.

"Esse dinheiro que sobra no final do mês vai virar consumo, ou ir para um empréstimo novo, [...] o que pode ter um impacto de mais 0,6 ponto percentual [na economia] em um intervalo de um ano", completa Gottlieb.

Nos próximos meses, os estímulos fiscais podem até se intensificar com o surgimento de novas iniciativas. Entre as medidas em discussão ou já aprovadas estão:

O vale-gás, cuja mudança já foi anunciada e deve envolver a distribuição de vouchers de R\$ 110 para compra de botijões para as famílias inscritas no Bolsa Família; A ampliação de isenção do Imposto de Renda para quem ganha R\$ 5 mil; A ampliação da tarifa social de energia elétrica, que dá gratuidade para famílias do CadÚnico e que tenham consumo mensal de até 80 kWh; Um possível crédito facilitado para que entregadores de aplicativo possam comprar motos; e até um eventual aumento no Bolsa Família (que, a priori, foi negado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad).

"Muita coisa ainda não veio como anúncio oficial, mas essas especulações dão a entender que o governo ainda tem mais coisa na manga para anunciar. A percepção é que o governo não vai deixar o **PIB** desacelerar", comenta Veronese.

Essa perspectiva já começa a se refletir nas estimativas do mercado financeiro. No último boletim Focus, por exemplo, os analistas passaram a prever

uma desaceleração mais branda da economia neste ano.

Para 2025, as projeções de **PIB** passaram de 2,02% na semana passada para 2,14% nesta; Para 2026, por enquanto, a projeção dos analistas para o **PIB** segue em 1,70%.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/30/mais-um-gas-para-o-pib-entenda-como-medidas-do-governo-podem-atrasar-a-desaceleracao-da-economia.ghtml>

Salário mínimo passou por reajuste de 7,5% em 2025; veja valor

Colaboração para o UOL

O novo valor do salário mínimo nacional foi creditado pela primeira vez na conta dos trabalhadores no mês de fevereiro, já com o reajuste atualizado para R\$ 1.518,00.

Embora o reajuste esteja em vigor desde janeiro, o pagamento só foi efetivado em fevereiro porque os salários são pagos no mês subsequente ao trabalho. Por isso, o aumento passou a aparecer no holerite deste mês.

O salário mínimo é o menor valor mensal que um trabalhador pode receber legalmente pelo exercício de uma atividade profissional. Ele também serve como base para calcular benefícios pagos pela **Previdência Social**, programas assistenciais e obrigações trabalhistas vinculadas ao governo federal.

O novo piso nacional, fixado em R\$ 1.518, representa um acréscimo de R\$ 106 em relação ao valor anterior - uma alta de 7,5%. Esse percentual supera a **inflação** registrada no mesmo intervalo. Ainda assim, o aumento foi mais contido devido às medidas de ajuste fiscal aprovadas no final de 2024.

A metodologia anterior para definir o salário mínimo levava em conta a variação da **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - que geralmente resulta em ganhos maiores para os trabalhadores do que o IPCA, índice oficial de **inflação** - somada ao crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto). Com base nessa fórmula antiga, o valor do mínimo chegaria a R\$ 1.525.

A regra atual introduziu um novo critério: um limite de crescimento das despesas públicas fixado em 2,5%. Assim, mesmo que o **PIB** aumente 3,2%, o cálculo considera no máximo 2,5% de crescimento para reajuste.

O valor do salário mínimo influencia diretamente os pagamentos de aposentadorias, especialmente do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), além de afetar programas sociais. Por esse motivo, o governo busca controlar reajustes muito elevados para evitar pressões no orçamento, principalmente em momentos de restrição fiscal.

Site:

***[https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/05/30/
salario-minimo-2025-passou-por-reajuste-de-75-veja-
valor.htm](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/05/30/salario-minimo-2025-passou-por-reajuste-de-75-veja-valor.htm)***

Disseminação da IA estimula novos data centers no Brasil

Investimentos bilionários em data centers (DC) prometem colocar o Brasil na rota da inteligência artificial (IA) global. Ainda impulsionado por digitalização e computação em nuvem, o mercado mira instalações mais parrudas para exportar serviços como processamento para treinamento de IA generativa.

O cenário é favorecido pela Nova Política de Data Centers, apresentada em maio. Além de vantagens locais, como disponibilidade de energia limpa e renovável, espaço e segurança geopolítica, a ideia é oferecer benefícios à importação de equipamentos, cuja tarifa hoje é pouco mais de 50%, e à exportação de serviços do setor, com antecipação dos efeitos da **reforma tributária** para o setor digital.

O regime, batizado de Redata, deve ser concedido a empresas que cumprirem metas de sustentabilidade e investimentos em pesquisas sobre DCs, com contribuição de 2% da receita para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FND1T). Nas contas do Ministério da Fazenda, o potencial alcança R\$ 2 trilhões em investimentos em dez anos e pode reverter a ba-

lança atual, com 60% da carga digital do país rodando no exterior.

Por enquanto, o mercado brasileiro de DC se fortalece com expansão de "regiões" e "zonas" de nuvem (capacidade de processamento local) das empresas de "hiperescala" (companhias do porte de AWS e Microsoft, por exemplo). Nos dados da consultoria IDC, o avanço foi de 19,7% em 2024 e deve ficar em 17,9% este ano, somando US\$ 1,39 bilhão. "Os clientes estão mais criteriosos", avalia Luciano Saboia, diretor de pesquisa e consultoria para o setor de telecomunicações da IDC. O mer-

cado mundial de DC deve crescer em média 7% em 2025.

"A nova onda de investimento com IA está no começo. Ainda não há demanda", diz Renato Pasquini, vice-presidente global de pesquisa da consultoria Frost Sullivan. Mas os provedores antecipam o movimento. Um dos destaques é o retorno do Pátria Investimentos-depois da venda da Odata (em 2023) -, com a Omnia. O fundo planeja investir em DCs

voltados à IA, com densidade energética na casa dos 100 MW, que em média exigem investimento de R\$ 1 bilhão em infraestrutura, detalha o CEO da Omnia, Rodrigo Abreu.

Segundo ele, a vocação é o mercado local e, eventualmente, cargas globais de processamento de IA. A empresa já tem desenvolvimentos no Brasil e em outros países da América Latina e seu primeiro projeto deve começar a ser construído aqui ainda este ano.

Uma das implicações da magnitude dos novos projetos é a necessidade de conexão direta com a rede de transmissão de energia e a inserção dos DCs no sistema integrado nacional. A questão levou a Aneel a aprovar, em maio, novas regras para o acesso de grandes consumidores de energia à rede básica.

A demanda energética estimula a instalação de DCs em regiões com energia disponível. A entrante RT-One mira redução de encargos para custos competitivos. Uma das estratégias prevê parcerias para se classificar como autoprodutora de energia e cortar até 40% na conta. Outra é buscar Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), áreas de livre-comércio para produção e exportação de bens e serviços sem IPI, Pis-Cofins e **impostos** de importação para insumos e matérias-primas.

A empresa já fechou parceria com a Supermicro para equipamentos, a exemplo de GPUs, e elegeu áreas como Uberaba (MG) e Maringá (PR), cuja ZPE aguarda autorização federal, para trazer processamento de IA para o Brasil. O CEO Fernando Palamone estima que 95% da IA nacional sejam processados no exterior, já que o parque nacional sequer dispõe hoje de equipamentos suficientes. Em Maringá a meta é ocupar um terreno adquirido pela prefeitura para

criar uma zona industrial. Os investimentos alcançam R\$ 6 bilhões em sete anos, em 400 mil m2 e 400 MW de TI, com consumo energético total de 480 MW, mais do que o dobro da cidade. Na primeira fase serão 80 MW, em parceria com a concessionária local, Copei.

Outra que aposta em infraestrutura para IA global, a Scala tem 6 GW em conexões de energia garantida para suportar expansão. A empresa possui 13 DCs em operação, dos quais dez no Brasil, e mais cinco em

construção, três deles por aqui. Já investiu R\$ 12 bilhões entre Brasil, Chile, México e Colômbia e prevê mais R\$ 24 bilhões.

O destaque fica por conta da "cidade" de DCs em Eldorado do Sul (RS), em terreno de 11 milhões de m2, com investimentos de US\$ 50 bilhões e carga total de 4,75 GW. "Mais do que o Estado do Rio de Janeiro", compara Christiana Weissshuhn, vice-presidente de marketing e comunicação da Scala. Outra instalação está sendo construída em Fortaleza (CE), com 7,2 MW.

Fortaleza é um dos destaques da Tecto, empresa pertencente à V.Tal que está investindo US\$ 1 bilhão em DCs em várias regiões. O data center cearense Mega Lobster terá 20 MW de potência, com conexão à estação de cabos submarinos e ao ponto de troca de tráfego local, um dos principais do país. Em Santana do Parnaíba (SP), projeto de DC hiperescala deve alcançar 200 MW, para IA, machine learning e nuvem, detalha o diretor comercial André Busnardo.

Mais uma que aposta no modelo "cidade" de DCs é a Elea, que está investindo R\$ 5 bilhões na sua AI City no Rio de Janeiro (RJ), aproveitando infraestrutura construída para a Olimpíada. O projeto prevê até 3,2GW de capacidade energética, com 80 MW entregues em 2026. São Bernardo do Campo (SP) recebe cerca de US\$ 300 milhões para agregar mais 32 MW até o ano que vem e Alphaville (SP) segue plano semelhante, descreve o CEO Alessandro Lombardi.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188216?page=10§ion=6>

Ultimato ao governo para recuar de pacote do IOF

» WAL LIMA » RAPHAEL PATI

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que o governo tem até 10 de junho para apresentar uma alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Caso contrário, um projeto de decreto legislativo (PDL) será colocado em votação para derrubar a medida.

Ele defendeu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participe do debate sobre o assunto.

Motta também reagiu às declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o governo poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso o Congresso derrube o decreto do IOF, ou congelar as emendas parlamentares.

"Esse tipo de reação piora o ambiente. Nós não queremos tocar fogo no país, queremos construir soluções com o governo.

Mas se o governo optar por judicializar uma decisão legítima do Congresso, será um grande erro político", alertou. "Se pautarmos o PDL, que é a vontade majoritária da Casa, para o Congresso, será como dizer que a sociedade já não aguenta mais. Não temos preocupação com as emendas.

Isso mostra o espírito público que a Casa tem ao discutir essas matérias", sustentou.

O parlamentar destacou que a Fazenda tem o respaldo e a responsabilidade de discutir alternativas ao aumento do IOF e que o governo deve aproveitar o momento e apresentar uma proposta de ajuste das contas públicas, e não "fazer uma gambiarra". "O que não pode acontecer é: aumenta-se a despesa, aumenta-se o tributo. É essa instabilidade e insegurança que afugentam os investimentos." O deputado assegurou que a Câmara está disposta a debater ações estruturantes, como a revisão de isenções fiscais e desonerações, para colaborar com medidas de equilíbrio fiscal, desde que o debate seja feito com transparência e responsabilidade.

"O Congresso não tem medo de discutir cortes, inclusive nas emendas parlamentares. Mas isso tem que ser feito de forma equitativa, com todos os Poderes assumindo sua parcela de contribuição.

O Legislativo não se furtará ao debate".

Ele também pediu a participação de Lula no debate. "O presidente precisa tomar pé dessa situação para, a partir daí, o governo poder apresentar alternativas.

E o que estamos defendendo?

Que venham medidas mais estruturantes, que o Brasil possa enfrentar aquilo que é preciso.

Para poder entrarmos em um momento de mais responsabilidade fiscal", ressaltou.

Por sua vez, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que uma eventual derrubada ou mudança do IOF sem uma fonte alternativa de receita pode resultar em cortes drásticos de despesas essenciais, colocando o país à beira de uma paralisia administrativa.

Para ele, a manutenção temporária do IOF é uma forma de evitar "shutdown" administrativo, pois o Brasil enfrenta um cenário de aperto fiscal sem precedentes, com a redução do déficit primário de 2,3% do PIB em 2023 para 0,09% em 2024 - esforço que classificou como um dos mais rigorosos do mundo.

O petista ainda afirmou que o IOF recairá principalmente sobre pessoas jurídicas e setores com maior poder aquisitivo, como investidores de produtos financeiros sofisticados.

"Dizer que esse imposto atinge diretamente os mais pobres é desinformar. Se não mantivermos a arrecadação, o corte virá em programas sociais, saúde e educação, penalizando a população mais vulnerável", alertou.

Já a oposição, liderada pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), adotou um tom incisivo contra o aumento do IOF e contra a postura de Haddad, que, segundo ele, "não dialogou nem com o próprio partido", pois a reoneração é uma forma de transferir para a população os custos da má gestão fiscal do governo.

"Não aceitaremos aumento de **impostos** para cobrir a ganância de um governo irresponsável. Essa medida é

uma cortina de fumaça para esconder os verdadeiros problemas do Brasil, como a **inflação**, os juros altos e a crise institucional", disse o líder do PL na Câmara. Ele também questionou a eficácia da medida e afirmou que todos os brasileiros, inclusive os mais pobres, sentirão os efeitos no bolso por meio da alta do dólar e do encarecimento de produtos.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse, também ontem, que o governo federal deve se empenhar, nos próximos 10 dias, para apresentar uma solução do imbróglio.

Segundo ele, a eventual derrubada do decreto aprovado na semana passada sem a indicação de contrapartidas deve causar um prejuízo substancial nas contas públicas em 2025.

"É importante, sim, encontrar uma solução que permita dar fonte de recursos para essa continuidade, para que a gente não tenha, por um lado, um retrocesso no processo de recuperação fiscal e permita que as coisas continuem funcionando bem", considerou Ceron, durante coletiva de apresentação do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de abril.

No anúncio da elevação do IOF, na semana passada, a equipe econômica divulgou uma projeção que indicava um aumento de arrecadação de R\$ 20,5 bilhões com as medidas, somente em 2025. Ontem, o secretário comparou essa soma a todos os recursos destinados ao programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), além do orçamento total do Ministério da Defesa, que, se somados, correspondem ao mesmo valor que se planeja arrecadar com a mudança no imposto.

"Então "só" R\$ 20 bilhões seria o equivalente a extinguir todo o programa do MCMV e todo o investimento do Ministério da Defesa, como referência. Um programa como o Farmácia Popular, por exemplo, tem um orçamento inferior a R\$ 5 bilhões por ano. Então, só para ter dimensão da importância, da necessidade da discussão", disse.

Ceron avaliou que o país vive o seu "melhor momento" em termos sociais, e destacou o baixo nível de desemprego e crescimento de renda das famílias brasileiras. Ele considerou, ainda, que a participação do Legislativo na discussão sobre questões fiscais pode contribuir para a redução das taxas de juros a longo prazo e atração de investimentos.

Entenda o caso

Ampla rejeição

» Na quinta-feira da semana passada, o governo

apresentou um pacote de mudanças em alíquotas do IOF sob a justificativa de que fazia ajustes na cobrança do imposto. As alterações foram divulgadas no mesmo dia em que a Fazenda anunciou o corte de R\$ 31,3 bilhões do Orçamento.

Sem as mudanças no IOF, o contingenciamento pode passar de R\$ 50 bilhões.

» A reação foi ruim e, no mesmo dia, o governo decidiu recuar em parte das mudanças - especificamente no aumento da cobrança de IOF em investimentos em fundos no exterior.

» O recuo parcial, porém, não foi suficiente. Bancos e setor privado mantiveram as queixas alegando que as alterações no IOF iriam encarecer o crédito.

No Congresso, a oposição apresentou dois projetos para sustar a medida.

» O anúncio do aumento provocou críticas ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dentro e fora do governo.

Segundo a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann - em entrevista ao programa Conversa com o Bial, da TV Globo -, o presidente Lula e os ministros palacianos não foram comunicados sobre os detalhes do aumento de **impostos**, e também não houve diálogo com lideranças do Legislativo. Integrantes do governo apontam que o anúncio causou uma nova crise desnecessária.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/05/30/all.pdf>

Alta de IOF torna mais urgente reforma ampla nas contas públicas

VINÍCIUS NEDER E BRUNA LESSA

A reação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), anunciado pelo governo na semana passada, reforçou a urgência de uma reforma mais ampla no Orçamento e nas contas públicas, antes que a insustentabilidade do crescimento dos gastos inviabilize a atuação do governo, algo previsto para ocorrer em 2027. Economistas ouvidos pelo GLOBO descrevem uma situação crítica nas contas já, mas são céticos em relação à disposição do Congresso e do governo para enfrentar o problema.

O quadro mais crítico era esperado para o primeiro ano do próximo mandato presidencial. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 traz uma previsão de rombo de R\$ 10,9 bilhões, só para cumprir os gastos mínimos, previstos na Constituição, com Saúde e Educação em 2027. Com esse rombo, o Orçamento fica comprometido a ponto de não haver espaço para pagar programas como Farmácia Popular, manter as universidades públicas, emitir passaportes ou financiar pesquisas científicas.

A solução, segundo especialistas, seria uma reforma mais estrutural, que passaria por mudar os mecanismos de indexação -como o salário mínimo como referência para gastos da Previdência -e de vinculação -a obrigatoriedade de investir parcelas mínimas das receitas em determinadas áreas, como Saúde e Educação. E também mudanças na destinação de recursos para as emendas parlamentares.

São pontos considerados difíceis de alterar, seja porque mexem com interesses dos próprios parlamentares, como as emendas, seja porque são considerados impopulares -e, portanto, capazes de levar a reveses eleitorais -, como a política de reajuste do salário mínimo.

Para o economista Fabio Giambiagi, especialista em contas públicas e pesquisador do FGV Ibre, a política de reajuste do piso salarial é o maior problema. O uso do salário mínimo como piso dos benefícios da Previdência é algo que pode ser difícil de mudar, porque está na Constituição, mas a regra atual de aumentos anuais acima da inflação agravou o quadro

recentemente:

- A primeira coisa que tem que entrar em pauta é a regra do salário mínimo.

DÉFICITS CRESCENTES

O piso salarial ficou congelado, corrigido apenas pela inflação, ao longo dos governos de Michel **Temer** e de Jair Bolsonaro, de 2016 a 2022, com exceção de 2019, quando houve aumento real. A partir de 2023, Lula retomou os reajustes reais do piso salarial, de acordo com o crescimento do **PIB** de dois anos antes. Agora, esses reajustes estão limitados ao crescimento das despesas, que varia de 0,6% a 2,5%.

O problema é que o salário mínimo é o piso dos benefícios da Previdência, maior rubrica das despesas públicas, com gasto anual acima de R\$ 1 trilhão. O crescimento tem surpreendido para cima recorrentemente desde 2021, o que turbinou o avanço dos gastos de 2023 para cá. Na visão de Giambiagi, a volta dos reajustes reais é a principal causa do agravamento do desequilíbrio orçamentário.

- Essa regra dinamita as contas - diz Giambiagi.

A economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória, lembrou que o governo já enfrentará dificuldades para cumprir as metas de resultado fiscal este ano e em 2026, e precisará congelar as verbas:

- Sem reformas, voltaremos a ter déficits crescentes em 2027. Com a carga tributária hoje já próxima de 34% do **PIB**, novos aumentos de impostos são inviáveis.

Para a economista, o principal ponto de atenção é o crescimento das despesas obrigatórias, que tendem a passar o limite de 2,5% acima da inflação, previsto no "arcabouço fiscal", o conjunto de regras para conter os gastos:

- A vinculação dos gastos da saúde e educação ao crescimento das receitas e o reajuste real no salário mínimo, que é indexador de vários benefícios sociais, são os principais fatores da expansão acima do limite do arcabouço atual.

Professora e economista do Insper, Juliana Inhasz

Kessler explicou que o espaço para despesas livres no Orçamento será praticamente nulo, caso o governo mantenha o atual ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios:

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

-O rombo projetado para as contas públicas para 2027 é explicado muito pelo aumento das despesas obrigatórias. O espaço para os demais gastos (para manter os órgãos públicos funcionando) no Orçamento vai ficar minúsculo.

Para Felipe Salto, economista-chefe da gestora Warren Rena, a opção do governo Lula por buscar uma exceção ao antigo teto de gastos (despesas sem reajuste acima da **inflação**), em vez de promover um ajuste estrutural nas contas, também agravou o problema.

Os economistas ouvidos pelo GLOBO não só desconfiam da vontade do Congresso de contribuir e aprovar um ajuste nas contas, como chamaram a atenção para o papel das emendas parlamentares ao Orçamento em piorar ainda mais os desequilíbrios. E são céticos quanto à disposição dos parlamentares de mudarem isso, apesar das declarações de Motta nesse sentido.

Até 2019, as emendas somavam de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano, lembrou Giambiagi. Hoje, estão em R\$ 50 bilhões por ano. E se tomaram uma despesa obrigatória.

Segundo Giambiagi, sem um ajuste estrutural, uma crise econômica pior do que a deflagrada no governo Dilma Rousseff poderia eclodir em 2027 -o desajuste das contas é tido como uma das causas da recessão de 2014 a 2016.

Salto, da Warren Rena, não vê clima para uma reforma mais estrutural. O economista aposta mais numa revisão da meta de resultado fiscal do ano que vem -que hoje é um superávit primário de 0,25% do **PIB**, podendo ficar em zero:

-Se fosse para levar a sério, e fazer um programa estrutural, tem que mexer em tudo junto. Não dá para mudar a regra do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e não pegar o andar de cima no gasto tributário. Não dá para mexer só no gasto tributário e não mexer nas despesas.

**

"Sem reformas, voltaremos a ter déficits crescentes em 2027. Com a carga tributária hoje já próxima de 34% do **PIB**, novos aumentos de **impostos** são inviáveis"

Motta propõe medidas fiscais como opção ao IOF e quer Lula na negociação

Murillo Camarotto De Brasília

Em meio às ameaças do Congresso de derrubar o decreto que aumenta a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu nesta quinta-feira (29) um prazo de dez dias para o governo apresentar uma proposta alternativa ao tributo. Segundo ele, que cobrou participação direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas negociações para a construção de medidas estruturantes, algumas alternativas são a aprovação de uma reforma administrativa, além da revisão de isenções fiscais e da vinculação de receitas do governo.

Motta afirmou que a situação fiscal está tomando o país "ingovernável" e reagiu à possibilidade de o governo judicializar a questão: "Piora o ambiente aqui na Casa".

Mais cedo em suas redes sociais, o deputado informou que o prazo havia sido combinado em reunião com o ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Gleisi Hoffmann, das Relações Institucionais, junto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na véspera. Segundo ele, o plano alternativo do Executivo precisa ser "algo que seja duradouro, consistente e que evite as gambiarras tributárias só para aumentar a arrecadação, prejudicando o país".

"Reforcei a insatisfação geral dos deputados com a proposta de aumento de imposto do governo federal. E relatei que o clima é para derrubada do decreto do IOF na Câmara", escreveu. "Temos defendido rever a questão das isenções fiscais, porque o Brasil não aguenta a quantidade de isenções que hoje nosso país tem. Precisamos discutir a vinculação de receitas, uma reforma administrativa que traga mais eficiência para a máquina pública. Porque só isso irá ajudar a melhorar o ambiente econômico."

Na noite de quarta-feira, após a reunião, Haddad disse que explicara à cúpula do Congresso que a alta do IOF seria necessária em 2025, em razão da dificuldade de se encontrar alternativas que pudessem ser executadas imediatamente. Ou seja, sem a observação de noventena ou anualidade, princípios aplicados para a elevação de outros **tributos**. No entanto, demonstrou-se aberto a discutir medidas estruturantes a serem adotadas de 2026 em diante

para substituir o aumento do IOF.

Diante desse contexto, o presidente da Câmara se comprometeu ontem a avaliar a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de revisão dos benefícios tributários. Questionado se, desta vez, haverá ambiente político favorável para a revisão dos benefícios, Motta disse apenas que é esse o seu sentimento. O Valor informou na quinta-feira (29) que esses gastos podem passar de R\$ 800 bilhões em 2025.

As iniciativas de derrubar a alta do IOF via decreto legislativo ganharam força ao longo da semana, com as bancadas dos principais partidos do Centrão demonstrando adesão à iniciativa.

Em um dos momentos mais tensos da entrevista, Motta foi questionado sobre as declarações de lideranças do governo sobre o possível bloqueio de emendas parlamentares em caso de derrubada do aumento do IOF. O deputado criticou uma suposta "demonização" as emendas e disse que o Congresso Nacional está ciente da possibilidade de supressão em caso de queda da alta do imposto.

Defendida por alguns setores do governo, a taxação das bets também "está entre as alternativas" para a busca de espaço fiscal, segundo o presidente da Câmara. Entretanto, Motta não deu maiores detalhes sobre como isso seria viabilizado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188216?page=20§ion=1>

Presidente da Câmara fala em 'gambiarra' e pede participação de Lula

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que, na reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na noite de quarta-feira, "ficou combinado" que a equipe econômica terá 10 dias para apresentar ao Congresso um "plano alternativo" ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Na visão de Motta, tal plano deve ser duradouro, consistente e "evitar gambiarras tributárias só para aumentar a arrecadação, prejudicando o País".

A declaração foi publicada no perfil do deputado no X, antes de ele participar de reunião de líderes da Casa. Depois desse encontro, Motta voltou a falar sobre o tema. Desta vez, o presidente da Câmara pediu a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas discussões sobre o aumento do tributo.

"O presidente (Lula) precisa tomar pé dessa situação para que, a partir daí, o governo possa apresentar alternativas. E o que estamos defendendo? Que venham medidas mais estruturantes, que o Brasil possa enfrentar aquilo que é preciso. Para entrarmos em um momento de mais responsabilidade fiscal", disse Motta, acrescentando que o Brasil está cansado de tantos **impostos** e "não aguenta mais". Questionado sobre se o Congresso vai apresentar medidas alternativas ao aumento do IOF ao governo, respondeu que é a equipe econômica que tem responsabilidade para discutir o assunto.

Motta disse que a relação da Câmara com Haddad é de respeito e confiança, mas destacou que a sociedade "cobra medidas de cortes de gastos". O deputado repetiu ser contra "gambiarras tributárias", pois "afugentam investidores".

A pressão não vem só do Congresso. Representantes da indústria, do agronegócio, do comércio, dos bancos e das seguradoras costuraram manifesto pedindo a intervenção do Congresso no tema. No texto, divulgado no começo da semana, as entidades afirmam que o aumento do imposto foi recebido com "preocupação" e representa aumento de custos para o setor privado. "Iniciativas arrecadatórias, com aumento de **impostos**, impactam negativamente a construção de um ambiente econômico saudável", afirmaram.

GLEISI. Em entrevista à TV Globo, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann,

disse que, nas discussões internas do governo, o ministro da Fazenda "não abriu com detalhes onde ia mexer" com o aumento do IOF.

Segundo ela, Haddad relatou que "a mudança era pequena". Gleisi acrescentou que, "como a medida não estava aberta, e o Haddad é sempre muito cioso disso, todo mundo (do governo) aceitou e foi".

"Fizemos uma reunião com a junta financeira e, depois, com o presidente (Lula). O ministro Haddad explicou as medidas e falou do IOF. Mas ele não abriu com detalhes onde ia mexer. Ele disse que a mudança era pequena, e era mesmo, de 2,39% para 3,5%", relatou

Gleisi. PEPITA ORTEGA, ELIZABETH LOPES e GABRIEL HIRABAHASI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Corte de apelações suspende bloqueio do tarifaço

A Casa Branca foi bem-sucedida na apelação a cortes federais e conseguiu uma liminar derrubando temporariamente a decisão do Tribunal de Comércio Internacional dos Estados Unidos, sediado em Nova York, que havia bloqueado o tarifaço anunciado em abril pelo presidente Donald Trump contra mais de uma centena de países.

A administração Trump já havia informado à Corte de Apelações para o Circuito Federal que buscava uma "medida de emergência" junto à Suprema Corte se o bloqueio das tarifas não fosse suspenso rapidamente.

O tribunal de apelações determinou que a decisão de quarta-feira à noite do Tribunal de Comércio Internacional está "temporariamente suspensa até novo aviso". A decisão garante que o tarifaço vigore por enquanto, mas na ordem do tribunal de apelações não houve julgamento do mérito se o tarifaço de Trump é ou não ilegal, e nenhuma opinião ou tese sobre a questão. A Corte ainda vai avaliar as posições dos dois lados da disputa. Os advogados de empresas e procuradores estaduais que pedem a ilegalidade do tarifaço terão que mandar seus argumentos ao tribunal até 5 de junho, e o governo Trump, até 9 de junho.

O governo comemorou a suspensão como uma validação de sua promessa de desafiar energicamente a decisão emitida na noite de quarta-feira pelo Tribunal de Comércio Internacional.

- Posso garantir a vocês, povo americano, que a agenda tarifária de Trump está viva, bem, saudável e será implementada para protegê-los, para salvar seus empregos e suas fábricas -disse o assessor comercial Peter Navarro.

EMERGÊNCIA ILEGAL

As tarifas comerciais recíprocas implementadas por Trump em 2 de abril -no que ele chamou de "Dia da Libertação" -foram consideradas ilegais em decisão unânime de três juizes do Tribunal de Comércio Internacional. Eles julgaram que Trump invocou de forma indevida uma lei de emergência nacional para justificar as tarifas. O presidente republicano usou a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês), um instrumento geralmente usado em tempos de guerra ou contra inimigos declarados dos EUA, e que permite

ao governo federal implementar ações imediatas sem aprovação legislativa.

"As ordens tarifárias mundiais e retaliatórias excedem qualquer autoridade concedida ao presidente pela IEEPA para regular a importação por meio de tarifas", decidiu o tribunal, referindo-se à lei de 1977.

A ação foi movida por uma dúzia de estados, liderados pelo Oregon, e pelo grupo de advocacia libertária Liberty Justice Center, representando a vinícola VOS Selections e outras quatro pequenas empresas, que argumentaram ter sido gravemente prejudicadas pelas tarifas de Trump. O procurador-geral do Oregon, Dan Rayfield, disse que "a Constituição não concede a nenhum presidente autoridade irrestrita, e as decisões comerciais não podem ser tomadas por capricho do presidente".

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, chamou os juizes do Tribunal de Comércio Internacional de "ativistas".

- Os Estados Unidos não podem funcionar se o presidente Trump, ou qualquer outro presidente, tiver suas negociações diplomáticas ou comerciais delicadas prejudicadas por juizes ativistas - disse Leavitt.

TRUMP E POWELL SE REÚNEM

Trump teve ontem a primeira reunião em seu segundo mandato com o presidente do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano). Segundo a Casa Branca, o republicano pediu a Jerome Powell que o Fed reduza as taxas de juros. Leavitt afirmou que Trump disse ao presidente do Fed que ele está cometendo um erro ao não reduzir as taxas.

Segundo a porta-voz, isso deixa os EUA "em desvantagem econômica em relação à China e a outros países, e o presidente tem sido muito claro sobre isso, tanto publicamente quanto, agora posso revelar, em privado."

Desde a sua posse, em 20 de janeiro, Trump fez vários ataques a Powell cobrando a queda dos juros e o chamou de "grande perdedor", entre outros insultos.

O Fed informou, em **comunicado**, que os dois se

reuniram ontem na Casa Branca a convite do presidente americano. Segundo a nota, eles conversaram sobre a evolução da economia, incluindo crescimento, emprego e inflação.

"A trajetória da política de juros dependerá totalmente dos dados econômicos recebidos e do que eles indicarem para as perspectivas", disse o comunicado do Fed, destacando que Powell não falou sobre expectativas de política monetária. O presidente do Fed também disse a Trump que as decisões serão baseadas exclusivamente em "uma análise cuidadosa, objetiva e apolítica", informou a nota, cujo teor foi confirmado pela Casa Branca.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Emprego segue aquecido, e corte de juros parece distante

Michael Esquere Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

O mercado de trabalho seguiu ainda resiliente e aquecido no trimestre encerrado em abril, com a menor taxa de desemprego para o período e recorde de massa de rendimentos e também para o total de trabalhadores com carteira assinada.

Para economistas, a taxa de desemprego de 6,6% mostrada pelo IBGE (ante 6,5% no trimestre terminado em janeiro) indica um Produto Interno Bruto (**PIB**) mais forte do que o inicialmente previsto para 2025 e as discussões sobre cortes futuros na taxa básica de juros podem ter ficado ainda mais distantes.

A taxa de 6,6% mostrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua ficou abaixo da mediana de 6,8% das projeções colhidas pelo Valor Data e também do piso das estimativas, cujo intervalo ia de 6,7% a 7,3%.

O número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 0,8% e atingiu novo recorde: 39,6 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a taxa de informalidade caiu para 37,9%, entre as cinco menores da série histórica da pesquisa, que para esse indicador inicia em 2015. A massa de rendimentos, por sua vez, avançou 0,8% ante o trimestre anterior, também para novo recorde (R\$ 349,4 bilhões).

"A leitura principal é que o mercado de trabalho se mostra resiliente. As altas das taxas de desemprego estão demorando para vir, apesar do ciclo de aperto monetário ter começado já há um tempo. No entanto, não é um cenário de força do mercado de trabalho, mas mais de que está demorando a reagir negativamente", diz Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Com o resultado de abril, o FGV Ibre revisou sua projeção de desemprego para o fim de 2025 de 7% para 6,7%. Na avaliação de Duque, a desaceleração mais lenta é consequência de políticas adotadas pelo governo federal, como medidas de estímulo ao consumo e obras públicas, como o Minha Casa Minha Vida. Soma-se a isso "surpresas positivas" da economia, como do índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que cresceu 0,8% em março.

No cálculo dessazonalizado do C6 Bank, o desemprego caiu de 6,5% no trimestre móvel terminado em março para 6,3% em abril. "De maneira geral, o cenário é de um mercado de trabalho bastante aquecido, com renda em alta. Na comparação com abril de 2024, a renda real habitual cresceu 3,2%, enquanto a massa de renda habitual teve aumento de 5,9%, impulsionada pelo crescimento do nível de ocupação e dos salários", diz Claudia Moreno, economista da instituição, que revisou de 6,2% para 6% a projeção da taxa de desemprego no fim de 2025.

Segundo Moreno, a composição da Pnad mostra crescimento do nível de ocupação que ajuda a estimular atividade econômica, mas dificulta o controle da **inflação**, especialmente a de serviços.

No cálculo dessazonalizado do ASA, a taxa de desemprego em abril foi de 6,2%, enquanto houve aumento de 0,4% da população ocupada. Em nota a clientes, o economista do Asa Leonardo Costa afirma que o resultado da Pnad confirma a leitura do Caged (pesquisa que mede só o emprego com carteira assinada) de aquecimento do mercado de trabalho no começo do segundo trimestre de 2025, o que coloca viés de alta na estimativa de expansão do **PIB**.

Vitor Martello, economista-chefe da Parcitas, diz que a economia segue operando bem acima da sua capacidade, o que tende a gerar pressões inflacionárias. Segundo ele, cálculo dessazonalizado da gestora mostra que a taxa de desemprego do semestre encerrado em abril está na casa dos 6%. "É difícil tirar algum sinal de fraqueza do mercado de trabalho, com base nos dados de hoje [ontem]". A Parcitas manteve a projeção da taxa de desemprego em 7,2% no fim de 2025, mas com o resultado de abril da Pnad esta parece mais compatível com 7% ou menos, afirma.

Para Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, o resultado da Pnad corrobora visão de **PIB** mais forte em 2025. Na segunda-feira (26), a gestora havia revisado de 2% para 2,5% a projeção da variação do **PIB** no ano.

Segundo a Pnad, o rendimento médio dos trabalhadores atingiu R\$ 3.426 no trimestre encerrado em abril, alta de 0,4% ante trimestre anterior e de

3,2% em relação a igual período de 2024.

"O salário médio da população está crescendo mais que a **inflação** e isso acaba trazendo pressões inflacionárias quando você olha para o próprio dado do 1PCA", diz Martello, da Parcitas.

A resiliência do mercado de trabalho, aponta ele, é mim para fins de política monetária. "Isso porque acaba postergando a discussão sobre o próximo ciclo monetário de cortes. Acho que esse próximo ciclo monetário de cortes vai ser cada vez mais empurrado para frente."

Duque concorda que o resultado da Pnad pressiona o BC a manter a política monetária restritiva, "mas marginalmente." Vital, da SulAmérica Investimentos, diz que não faz parte do cenário-base da gestora a continuidade de altas na taxa básica de juros pelo BC. Mas o mercado de trabalho resiliente, como mostrou a Pnad, aumenta essa chance. "Em termos de probabilidade, sim, aumentou a probabilidade de termos pelo menos mais uma alta de 0,25 pontos base na reunião de junho."

Moreno, do C6 Bank, diz que espera que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC aumente a Selic em 0,25 ponto por-centual, para 15%, na reunião de junho, mas não descarta a possibilidade de manutenção dos juros no patamar atual, em 14,75%.

"A leitura principal é que o mercado de trabalho se mostra resiliente" Daniel Duque

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188216?page=20§ion=1>

Incerteza e polarização marcam votações decisivas em países da AL

Vitor Guedes Do Rio

Algumas das principais economias da América Latina enfrentarão eleições cruciais nos próximos meses - México, Bolívia, Argentina e Chile - em meio a um cenário externo mais desafiador, de elevada turbulência com a guerra tarifária deflagrada pelos EUA e queda nos preços das commodities. Os pleitos para as esferas legislativa, executiva e judiciária também ocorrem em ambientes internos de enfraquecimento da governança e polarização política, que elevam a incerteza na região.

No dia 1- de junho, os mexicanos irão às urnas para eleger os juizes do país pelo voto popular, numa experiência única que grupos jurídicos alertam que ameaça a independência do sistema judicial. Em agosto, os bolivianos escolherão um novo presidente em meio a uma profunda crise econômica, resultado da drástica queda nas exportações de gás natural. Em outubro, os argentinos renovarão parte do Congresso, em uma eleição vista como crucial para que o presidente de extrema direita, Javier Milei, ampliar a sua bancada para avançar com a sua agenda de reformas. Finalmente, em novembro, os chilenos vão eleger um novo governo em meio à apatia, após o governo de esquerda de Gabriel Boric ter falhado em entregar ao país uma nova constituição.

Trata-se de eleições importantes que têm impacto direto sobre as perspectivas econômicas desses países da região. A incerteza associada ao cenário eleitoral se combina com um cenário externo turbulento deflagrado pela guerra tarifária do presidente dos EUA, Donald Trump, e com a recente queda dos preços das commodities ligadas ao risco de uma recessão global. Isso tende a afugentar o investimento estrangeiro.

Porém, "um tema comum nessas eleições [para o executivo] é a ampla impopularidade dos governos atuais", diz Kimberley Sperrfechter, economista de Mercados Emergentes da consultoria Capital Economics. Os atuais presidentes de esquerda, como do Chile, têm índices de aprovação em torno de 30%. "Esses baixos níveis de apoio público sugerem que pode haver uma mudança política da esquerda para a direita nesses países".

"A principal exceção a essa tendência é a Argentina,

onde o presidente [de direita] Javier Milei ainda mantém um apoio relativamente alto", apesar da dura recessão no primeiro ano de governo, segundo Sperrfechter.

As pesquisas de opinião mais recentes mostram que cerca de metade dos argentinos aprova a gestão de Milei. Além disso, o seu partido LLA aparece com intenções de voto na faixa dos 30% nas eleições legislativas de outubro, seguido pelos peronistas, também com aproximadamente de 30%, e pelo partido de centro-direita PRO, do ex-presidente Maurício Macri (com menos de 10%).

"Essas eleições vão influenciar a capacidade do presidente de continuar com suas reformas. A situação econômica do país também é muito difícil. Até agora, o governo conseguiu implementar um ajuste fiscal significativo e manter um programa com o FMI, mas a continuidade dessas reformas depende do resultado das eleições", avalia Richard Francis, diretor de classificações soberanas da Fitch Ratings.

Isso agrava ainda mais a crise econômica na Bolívia, que sofre os efeitos de uma acentuada queda na produção de gás devido à falta de investimentos em novos campos. A queda nas exportações resulta na escassez de dólares para o país pagar pela importação de combustíveis e bens de consumo "A Bolívia está enfrentando uma crise no balanço de pagamentos", afirma Francis, da Fitch Ratings. Ele observa que o futuro governo terá de lidar com uma economia muito fraca e um cenário institucional polarizado. "Será muito difícil para quem quer que chegue à Presidência."

Recentemente, o atual presidente boliviano, Luis Arce, anunciou que não concorrerá à reeleição. A declaração afetou um cenário eleitoral já bastante incerto, tendo em vista que o outro nome cogitado era o do ex-presidente Evo Morales, que enfrenta questões judiciais e não conseguiu viabilizar sua candidatura.

"Traço comum quase sempre é impopularidade de governos atuais"

K. Sperrfechter

Até o momento, para o pleito de agosto, os dois

nomes que despontam estão vinculados à esquerda: o ex-ministro do Interior do governo Arce, Eduardo del Castillo, que concorre pelo Movimento ao Socialismo (MAS), partido de Luis Arce, que declarou apoio ao candidato, e o atual presidente do Senado, Andónico Rodríguez, considerado discípulo de Evo Morales e que rompeu com seu mentor ao lançar sua candidatura pela coalizão Aliança Popular. Mas Rodríguez enfrenta questões legais referentes ao Movimento Terceiro Sistema (MTS), parte da Aliança Popular, o que coloca em xeque a continuidade de sua candidatura.

Experiência de risco. No caso do México, o cenário externo complica um quadro político marcado por reformas recentes e controvertidas. "A situação da economia mexicana é bastante peculiar porque, digamos, por muito tempo a economia do México esteve muito vinculada à economia americana. E, nos últimos anos, por diversas razões, essa ligação se afrouxou um pouco", disse Carlos Ramírez, analista político e sócio da consultoria mexicana Integralia. "O desempenho econômico do país ficou bem abaixo do crescimento do **PIB** dos EUA. Ou seja, se você tomar os últimos seis anos como referência, os EUA cresceram 15% e o México cresceu apenas 6%. Então, houve uma diferença muito grande."

"A partir da segunda metade de 2024, começou-se a observar uma desaceleração significativa dos investimentos, que aos poucos contaminou o emprego, o consumo, e, por fim, a vitória de Donald Trump deu o último "empurrão" para a desaceleração no México. E o fato é que hoje, no primeiro quadrimestre do ano, a economia está basicamente paralisada. Ou seja, o crescimento é zero neste momento e essa situação se deve a fatores internos de incerteza derivados dessas reformas constitucionais e da reforma do Poder judiciário e fatores externos, ligados às tarifas impostas por Trump", disse Ramírez.

Em 1a de junho, 3.423 candidatos vão disputar 881 vagas no judiciário do México, incluindo as 9 vagas da Suprema Corte, o que garante a renovação completa do mais alto tribunal do país.

Richard Francis, da Fitch Ratings, destaca que os investidores veem essa eleição com apreensão, pelo receio de que isso possa ter um impacto negativo no ambiente de negócios do México.

As novas eleições no país suscitam uma preocupação quanto à insegurança jurídica, aponta Ramírez, da Integralia Consultores. Ele ressalta que esse é um pleito "histórico" pelos motivos errados.

"É uma eleição muito grancele, na qual estarão em jogo

as nove cadeiras da Suprema Corte de Justiça, além da metade dos juizes federais. Não se pode dizer que o resultado propriamente dito de 1a de junho vá gerar incerteza, porque essa incerteza já está sendo gerada. Já estamos há meses sabendo que essa eleição aconteceria, sabendo que o poderjudiciário seria completamente substituído", disse ele, que antecipa uma participação baixa, em torno de 10% a 15% do total de eleitores.

"O resultado é previsível: a captura do poderjudiciário", disse Ramírez. Ele também destaca a preocupação dos investidores com o risco de maior influência do crime organizado.

Como consequência de médio a longo prazo, os investidores e as empresas, principalmente manufatureiras, estarão muito mais cautelosos em relação aos seus investimentos no México. "É previsível que continuemos com uma desaceleração dos investimentos por um bom tempo, até que, de alguma forma, esse experimento termine de se consolidar. Todas as perspectivas econômicas para o restante de 2025 são bastante fracas" afirmou Ramírez.

"Essa reforma é, claramente, uma **reforma política**. Nunca teve a intenção de melhorar o sistema judicial, mas sim de capturar o poderjudiciário. E as implicações econômicas disso já estão visíveis: estamos em recessão, e muito provavelmente enfrentaremos um cenário de baixo crescimento econômico nos próximos anos", acrescentou o analista.

A expectativa de uma mudança na coloração política na próxima eleição presidencial no Chile já se reflete em um aumento no fluxo de investimento para país, assim como para a bolsa local, observa Juan Carlos Eichholz, economista da CLA Consulting e professor da Universidad Adolfo Ibáñez.

Pesquisas apontam baixa popularidade do atual presidente, Gabriel Boric, que não conseguiu realizar mudanças em relação à demanda da população chilena por maior **seguridade social**. Além disso, há uma crescente insatisfação popular no que diz respeito à segurança pública e ao aumento da criminalidade.

"Seria inédito dois candidatos de direita no 2-turno do Chile"

J. Carlos Eichholz

Apesar de o Chile ter melhores condições financeiras comparadas a de outras nações latino-americanas, existe um alerta quanto aos déficits orçamentários e o aumento da dívida pública chilena.

As últimas pesquisas de intenção de voto mostram a candidata de centro-direita Evelyn Matthei, do União Democrática Independente (UDI), e o candidato de extrema direita José Antonio Kast, líder do Partido Republicano, empatados com 17%, seguidos pela candidata de centro-esquerda Carolina Tohá (10%), ex-ministra do Interior e Segurança Pública do governo Boric e candidata pelo Partido pela Democracia.

"As pesquisas mostram que dois candidatos da direita estão liderando, enquanto um candidato de centro-esquerda ocupa o terceiro lugar. Seria algo inédito que dois candidatos de direita chegassem ao segundo turno no Chile", aponta Eichholz. (Com Suzi Katzumata)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188216?page=20§ion=1>